



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Portugal – Uma estratégia para o crescimento

Grupo de Trabalho IX. Saúde

Relatório sectorial

25 de Maio de 2017

Membros do Grupo de Trabalho	2
Resumo executivo	3
Introdução	5
1. Impacto sobre a produtividade	6
2. Ganhos de eficiência no sistema	7
3. Visão Empresarial do Setor da Saúde	10
Anexo – Caracterização do setor económico da Saúde em Portugal.....	14



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Membros do Grupo de Trabalho

Alexandre Lourenço – Presidente da APAH

Álvaro Almeida – Professor Associado, Faculdade de Economia, Universidade do Porto

Guilherme Magalhães – Vogal do Conselho de Administração da José de Mello Saúde

Jaime Lacerda – Director Geral do Forum para a Competitividade

João Almeida Lopes – Presidente da Apifarma

Luís Todo Bom – Individualidade

Nuno Sousa Pereira – Professor Auxiliar, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Diretor do Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto

Óscar Gaspar – Presidente da APHP

Pedro Braz Teixeira – Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade

Relator

Nuno Sousa Pereira



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Resumo executivo

O setor da saúde pode e deve ser um dos elementos essenciais de uma estratégia de crescimento para Portugal. Primeiro, porque desde há várias décadas que é consensualmente aceite que uma população mais saudável tende a ser uma população mais produtiva. Segundo, porque o setor da saúde é um dos setores onde haverá maior margem para obter ganhos de eficiência que permitam libertar recursos públicos e privados para outras necessidades. Por fim, porque as empresas da área direta da Saúde representam um VAB de 8 mil milhões de euros e um crescimento sustentada da capacidade exportadora.

Elencam-se em seguida as principais medidas propostas:

- Reforço da aposta na prevenção, envolvendo os cidadãos, os prestadores, os financiadores e os reguladores.
- Alargar a necessidade de se efetuar uma avaliação económica de todas as tecnologias inovadoras no domínio da saúde.
- Separação das funções de financiamento, regulação e prestação de cuidados no interior do setor público.
- Definição de orçamentos plurianuais, alinhados com as prioridades definidas no Plano Nacional de Saúde, em que se começam por definir os objetivos a alcançar, a estratégia a prosseguir e os recursos necessários.
- Identificar as melhores práticas clínicas e fomentar a sua difusão deve ser uma das prioridades no interior do SNS.
- Tornar o SNS um laboratório vivo de experimentação, onde investigadores e empresas possam colaborar no desenvolvimento de novas tecnologias e testar a sua implementação.
- Apoio à internacionalização das empresas do setor da saúde através da criação de equipas especializadas no interior da AICEP em colaboração com as associações empresarias representativas.
- Garantir pagamentos atempados às empresas que fornecem bens e serviços, permitindo às empresas credoras abaterem dívidas às suas obrigações fiscais e contributivas.
- Apoiar as iniciativas públicas e privadas que facilitem a apresentação de uma oferta portuguesa em termos de Turismo de Saúde.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- Selecionar as áreas clínicas e os atos de saúde de elevada complexidade tecnológica e alto valor acrescentado em que Portugal pode e deve ser competitivo internacionalmente e concentrar os esforços de promoção externa nessas opções estratégicas.
- Alavancar a excelente qualidade da formação graduada em saúde, abrindo o mercado à iniciativa privada, nomeadamente pela autorização de Faculdades de Medicina privadas, e fomentando a exportação de serviços de ensino, com uma forte aposta na captação de alunos estrangeiros e no ensino em língua inglesa.
- Fomentar uma competição sadia e um “benchmarking” permanente entre e dentro destes três sub-setores da saúde – Unidades Públicas, Privadas e de Organizações sem Fins Lucrativos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Introdução

Crescer a ritmos que permitam à economia Portuguesa convergir com a média da Zona Euro e diminuir o peso das elevadas dívidas pública e privada no PIB é a principal prioridade da política económica. Para que o crescimento efetivo e o potencial possam ser sustentadamente superiores aos observados neste milénio será necessário eliminar um conjunto significativo de entraves estruturais e implementar uma estratégia de reforço da competitividade que seja transversal a todos os setores de atividade. Medidas que promovam a estabilidade legislativa e fiscal, o investimento reforçado em I&D e a translação e transferência de tecnologia, a melhoria da qualificação da mão-de-obra, políticas transparentes de incentivos ao investimento e à internacionalização, entre muitos outros, terão um impacto positivo sobre todos os setores da economia. No entanto, alguns dos setores económicos mais relevantes requerem, pela sua especificidade, medidas concretas e direcionadas para a realidade do setor.

O setor da saúde, em Portugal, gera um valor acrescentado bruto superior a 8 mil milhões de euros. O volume de exportações terá duplicado nos últimos dez anos, assim como o número de publicações e de investigadores doutorados. A generalidade das economias desenvolvidas identifica a saúde como um setor crucial para o fomento de uma economia baseada na inovação e no conhecimento.

O setor da saúde pode e deve ser um dos elementos essenciais de uma estratégia de crescimento para Portugal. Primeiro, porque desde há várias décadas que é consensualmente aceite que uma população mais saudável tenderá a ser uma população mais produtiva. Segundo, porque o setor da saúde é um dos setores onde haverá maior margem para obter ganhos de eficiência que permitam libertar recursos públicos e privados para outras necessidades. Por fim, porque as empresas da área direta da Saúde, compreendendo negócios como a indústria farmacêutica, grossistas de medicamentos, farmácias, unidades com internamento, atividades de ambulatório, entre outros, representam, atualmente, cerca de 7,5% do total das empresas do país, empregando mais de 255 mil pessoas e contribuindo com mais de 1,2 mil milhões de euros em exportações. O



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

forte crescimento previsto da procura global de cuidados de saúde criará novas oportunidades de afirmação das empresas portuguesas do setor, assim sejam criadas condições para que estas possam reforçar a sua competitividade externa.

É em torno destes três pilares que se propõem medidas concretas para que o setor da saúde possa gerar mais valor, alargar quotas de mercado nacional e internacionalmente, aumentar o seu peso na economia portuguesa e, dessa forma, contribuir para a sua competitividade e crescimento.

1. Impacto sobre a produtividade

A relação entre saúde e produtividade é consensual. Uma população ativa mais saudável tende a ser mais produtiva, por exemplo pela diminuição do absentismo e do presentismo, ao mesmo tempo que um envelhecimento ativo da população prolongará a sua participação no mercado de trabalho, contribuindo para uma diminuição do índice de dependência da população não ativa.

Logo, garantir o acesso generalizado a cuidados de saúde de qualidade não é apenas um direito constitucionalmente consagrado e que se quer proteger, mas também um requisito para uma sociedade com uma distribuição mais equilibrada entre quem produz e quem não faz parte da população ativa.

O sucesso da concretização das medidas propostas assentará sua avaliação por entidades independentes, na monitorização dos seus resultados e no seu ajustamento permanente a alterações de contexto.

Medidas Propostas:

- a) Reforço da aposta na prevenção – este objetivo tem feito parte de quase todos os programas de governo das últimas décadas. No entanto, o investimento afeto a esta prioridade tem sido sempre residual e pouco consequente. Simultaneamente, a prevenção na saúde pressupõe a participação de todos os agentes envolvidos no processo de geração de saúde: os cidadãos, os prestadores, os financiadores e os reguladores. Para que os meios financeiros que deveriam estar afetos à prevenção não sejam deslocados para a resolução de necessidades de curto prazo,



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

propõe-se que seja definida uma percentagem de despesas em saúde para a prevenção a serem financiadas pelas receitas provenientes de impostos especiais sobre o consumo de açúcares, gorduras e tabaco. Seriam afetadas por este imposto não apenas bebidas, mas produtos com forte teor de açúcar ou de gordura como cereais de pequeno-almoço ou *fast-food*. Dessa forma, procurar-se-á alterar padrões de consumo e canalizar recursos próprios para a prevenção de doenças crónicas. Este tipo de medidas tem ainda um âmbito de aplicação limitado, mas, nos países em que foram implementadas, conduziram a uma alteração dos conteúdos dos produtos oferecidos, diminuindo o peso dos nutrientes indesejados.

- b) Criação de incentivos, nomeadamente fiscais, à implementação de programas de promoção da saúde no interior das empresas. As entidades empregadoras beneficiam de uma população ativa mais saudável e devem ser parte ativa da promoção da saúde.

- c) Qualidade na prestação de cuidados pressupõe o acesso à inovação, desde que os ganhos em saúde justifiquem o acréscimo de custo. Assim, propõe-se que se alargue a necessidade de se efetuar uma avaliação económica de todas as tecnologias inovadoras no domínio da saúde. Este alargamento deverá ser acompanhado pelo compromisso de reembolso de despesas associadas com inovações que satisfaçam estes requisitos. A avaliação das tecnologias de saúde deve ser efetiva e seguir as boas práticas internacionais, pelo que se defende que a mesma seja independente dos intervenientes no processo de aquisição.

2. Ganhos de eficiência no sistema

Um estudo da OCDE estima que os gastos na prestação de cuidados sem impacto significativo sobre a saúde da população podem, nas economias desenvolvidas, representar cerca de 20% da despesa total. Mesmo considerando que, em Portugal, esses ganhos potenciais possam ser menores, em virtude do esforço de contenção de custos dos últimos anos, continuamos certamente a ter margem para ganhos de eficiência e, dessa forma, para libertar recursos que podem ser



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

canalizados para outras necessidades, para a diminuição da carga fiscal ou para o propósito referido no ponto 1. A maximização das poupanças inerentes a estes ganhos exige que se repense e se redesenhe algumas das vertentes do sistema de saúde português, sem desvalorizar as várias dimensões de excelência internacional que este reconhecidamente possui.

Medidas propostas:

- a) Separação das funções de financiamento, regulação e prestação de cuidados no interior do setor público. A principal função de um sistema nacional de saúde é garantir que nenhum cidadão é impedido de aceder a cuidados de saúde por questões financeiras. Esse deve ser a principal prioridade do Ministério da Saúde. Por questões válidas, o Estado tem necessidade de se envolver na prestação de cuidados, mas esta função não deve gerar incentivos perversos no cumprimento da função financeira. Esta separação de funções é tanto mais premente e justificável quando se constata que o setor privado tem, progressiva e sustentadamente, aumentado o seu peso na prestação de cuidados. Hoje, por exemplo, o número de hospitais privados é semelhante ao de hospitais públicos e, na última década, o número de atendimentos em serviços de urgência em hospitais privados duplicou e o número de consultas externas cresceu mais de 150%. Adicionalmente, num mercado em que a livre escolha informada dos cidadãos pretende ser fomentada, a função reguladora deve ser cada vez mais presente e mais independente dos interesses particulares dos diversos agentes. A regulação deve ter também uma componente de regulação económica, com aferição dos graus de eficiência e publicitação da informação para escrutínio público.

- b) Definição de orçamentos plurianuais, alinhados com as prioridades definidas no Plano Nacional de Saúde, em que se começam por definir os objetivos a alcançar, a estratégia a prosseguir e os recursos necessários. A orçamentação plurianual tornaria mais previsível o contexto externo e interno que os agentes do setor enfrentam, facilitando a tomada de decisões estratégicas consentâneas com as prioridades globais do sistema.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- c) Reforço do papel da rede de cuidados primários e alteração da estrutura de incentivos, nomeadamente na remuneração dos cuidados prestados. Portugal tem percorrido um caminho de algum sucesso na transferência de procura de cuidados da rede hospitalar para a rede de cuidados primários. No entanto, esta ainda é uma área onde os ganhos de eficiência e de qualidade na prestação de cuidados pode ser muito significativa. Para que os utentes e os prestadores sejam parte ativa neste reforço sugere-se que se altere a forma de remuneração dos prestadores e que se responsabilize os utentes pela utilização indevida de cuidados. A primeira componente da proposta consiste na implementação de um sistema de remuneração das unidades prestadoras de cuidados primários que combine uma capitação ajustada pelo risco com a atribuição de pagamentos baseados na obtenção de indicadores selecionados de saúde. A alteração do comportamento dos utentes beneficiaria do pagamento de taxas diferenciadas pelos serviços hospitalares procurados em função da existência ou não de um processo de referenciação pelos prestadores de cuidados primários e da classificação do grau de urgência.
- d) Considerar as despesas com seguros de saúde privados como dedução à matéria coletável, tal como acontece com as contribuições para a ADSE. A cobertura através de seguros privados, ainda que podendo fomentar uma procura excessiva de cuidados pela presença de risco moral, aumenta a liberdade de escolha dos cidadãos, diminui a procura de cuidados no Serviço Nacional de Saúde e coloca os utentes sobre regras de acesso menos limitada por interesses políticos. Adicionalmente, colocaria em pé de igualdade os funcionários privados e públicos. Refira-se que o número de cidadãos portugueses cobertos por seguros privados é já cerca de 50% superior ao número de cidadãos coberto por subsistemas públicos.
- e) Reavaliar a rede de cuidados hospitalares – a liberdade de escolha e de referenciação de cuidados hospitalares no interior do SNS recentemente legislada irá inevitavelmente conduzir a que os utentes e quem toma decisões por eles optem pelas unidades e serviços com maior qualidade percebida, canalizando maior procura para essas unidades e serviços



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

em detrimento das de menor qualidade. A liberdade de escolha tem desde logo a virtude de identificar as instituições que funcionam melhor e constituir assim um *benchmarking* para a contratação de cuidados de saúde hospitalares. Contudo, a reafetação da procura de cuidados hospitalares deverá ser acompanhada pela reavaliação e eventual encerramento das unidades e serviços menos eficientes, sob pena de se desperdiçarem recursos, mas, mais importante de se assistir a uma degradação acentuada da qualidade dos cuidados prestados pelo não cumprimento de requisitos mínimos de casos tratados. O reforço da monitorização pela entidade reguladora e a definição de regras transparentes e não sujeitas a influência política para o encerramento de unidades ou serviços é uma medida fundamental para a racionalização do sistema.

- f) A variância no tratamento dos mesmos diagnósticos no interior dos sistemas de saúde é uma das principais causas para gastos desnecessários na saúde. Identificar as melhores práticas clínicas e fomentar a sua difusão deve ser uma das prioridades no interior do SNS.
- g) Há uma clara sobre-utilização de meios complementares de diagnóstico e uma das razões prende-se com a compartimentação dos exames. Os meios tecnológicos e a digitalização permitem partilhar e aceder a mais informação, sempre salvaguardadas as necessárias regras de proteção de dados. Nesse sentido, as instituições de saúde, quer públicas, quer privadas, devem ser incentivadas a ter plataformas de partilha de informação, desde que para tal o cidadão/doente autorize.
- h) Uma fonte de ineficiência clara é a gestão energética, pelo que teria importante retorno e seria impulsionador de investimento a implementação de um Plano de Baixo Carbono na Saúde.

3. Visão Empresarial do Setor da Saúde



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

O setor da saúde tem reforçado o seu peso na economia portuguesa enquanto elemento gerador de valor acrescentado, emprego e de exportações. Adicionalmente, as empresas do setor têm um dos maiores rácios de investimento em I&D e estabelecem relações privilegiadas com o sistema científico nacional, contribuindo, decisivamente, para que a economia portuguesa se torne mais inovadora e mais competitiva. Tudo isto apesar do sistema de saúde apresentar um conjunto de entraves importantes ao reforço da competitividade das empresas portuguesas do setor: atrasos em pagamentos; ausência de relação simbiótica entre os diferentes atores e que se materializem, num aproveitamento mais consequente do esforço de I&D; definição de nichos de competência em torno dos quais existem fatores de diferenciação que permitem reforçar a competitividade internacional do setor.

O grande objetivo a atingir numa ótica de Visão Empresarial do Setor da Saúde é a progressiva abertura ao mercado externo, aumentando a capacidade exportadora e a competitividade a nível global, através da aposta na qualidade dos serviços prestados e na inovação tecnológica.

Medidas propostas:

- a) Criação no interior do SNS de um fundo de apoio à inovação: propõe-se que seja instituído um fundo que recompense as inovações desenvolvidas por empresas portuguesas que potenciem maiores poupanças ao sistema.
- b) Tornar o SNS num laboratório vivo de experimentação, onde investigadores e empresas possam colaborar no desenvolvimento de novas tecnologias e testar a sua implementação.
- c) Estudar formas de atração de investimento em áreas de diagnóstico e terapêutica mais inovadoras e diferenciadas, bem como fomentar a maior integração das empresas portuguesas do setor da Saúde nas cadeias de valor das indústrias e serviços da saúde globais, nomeadamente na indústria, onde Portugal pode concentrar serviços partilhados de multinacionais farmacêuticas e ter um papel mais ativo na realização de testes clínicos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

- d) Apoio à internacionalização das empresas do setor da saúde através da criação de equipas especializadas no interior da AICEP em colaboração com as associações empresarias representativas.
- e) Garantir pagamentos atempados às empresas que fornecem bens e serviços, permitindo às empresas credoras abaterem dívidas às suas obrigações fiscais e contributivas.
- f) Repensar as regras de *procurement* públicas de forma a que as PME não sejam penalizadas.
- g) Apoiar as iniciativas públicas e privadas que facilitem a apresentação de uma oferta portuguesa em termos de Turismo de Saúde. A componente pública para este efeito é essencial pelo carácter institucional, pela necessidade de reforçar a imagem de excelência na prestação de cuidados de saúde e pela sinergia com outras ações de promoção externa do país; e os operadores privados devem unir esforços para que, sem prejuízo da sua necessária concorrência, possa existir uma oferta nacional de cuidados de saúde para áreas específicas. Um exemplo é a especialização em torno da prestação de cuidados diferenciados a uma população cada vez mais idosa e com carga de doenças crónicas, permitindo atrair toda uma população de novos residentes vindos das classes médias europeias, que atingiram a idade da aposentação.
- h) Selecionar as áreas clínicas e os atos de saúde de elevada complexidade tecnológica e alto valor acrescentado em que Portugal pode e deve ser competitivo internacionalmente e concentrar os esforços de promoção externa nessas opções estratégicas.
- i) Alavancar a excelente qualidade da formação graduada em saúde, abrindo o mercado à iniciativa privada, nomeadamente pela autorização de Faculdades de Medicina privadas, e fomentando a exportação de serviços



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

de ensino, com uma forte aposta na captação de alunos estrangeiros e no ensino em língua inglesa.

- j) Fazer um levantamento exaustivo de todas as Infraestruturas Tecnológicas e de Investigação que atuem no âmbito da saúde e integrá-las em rede, construindo um Portal de Investigação em Saúde.
- k) Focar os Investimentos em Tecnologias da Saúde, nas unidades com provas dadas – Universidades, Hospitais e Centros Tecnológicos, aumentando a sua massa crítica.
- l) Fomentar uma competição sadia e um “benchmarking” permanente entre e dentro destes três sub-setores da saúde – Unidades Públicas, Privadas e de Organizações sem Fins Lucrativos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Anexo – Caracterização do setor económico da Saúde em Portugal

1. O setor da Saúde

O setor da saúde tem um enorme potencial de arrasto sobre a restante economia. As empresas da área directa da Saúde representam cerca de 7,5% do total das empresas do país, empregando mais de 255 mil pessoas.

Indicador (Unidade)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Volume de negócios¹ (mil milhões €)	-	24,0	25,7	26,7	25,0	24,4	24,2	24,3	-
Valor Acrescentado Bruto¹ (mil milhões €)	-	7,9	8,1	8,2	7,5	7,4	7,6	8,0	-
Exportações^{1§} (milhões €)	-	627	704	702	939	1.011	1.045	1.168	1.216
Empresas¹ (n.º)	-	15.882	17.454	19.318	21.111	21.749	22.650	22.544	-
Trabalhadores¹ (milhares)	-	245,6	253,4	250,2	256,9	260,5	261,4	256,4	-

A área da saúde inclui negócios tão diversos como: indústria farmacêutica, grossistas de medicamentos, farmácias, unidades com internamento, atividades de ambulatório, entre outros. Por exemplo, em atividades de ambulatório temos consultórios de clínica geral, especialistas e consultórios de medicina dentária e nas “outras actividades” incluem-se laboratórios de análises clínicas, atividades de enfermagem, centros de recolha e bancos de órgãos e outras atividades de saúde humana.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

2. O setor privado da Saúde

Dados existentes relativos a 2014 para algumas das áreas privadas da saúde em Portugal:

	Número Empresas	Pessoal	Vol Negócios	Investimento
Indústria Farmacêutica	77	6.300	2.729	149
Grossista Medicamento	835	12.074	6.900	
Farmácias	3.868	19.853	3.400	
Unidades com Internamento	169	15.947	1.486	65
Atividades Ambulatório	32.444	54.236	2.705	158

2.1. A prestação privada de cuidados de saúde

Os documentos que o Instituto Nacional de Estatística tem publicado ao dia 7 de abril de cada ano¹, assinalando assim o Dia Mundial da Saúde, são um retrato útil do peso e atividade do setor privado da saúde em Portugal e, nomeadamente, da hospitalização privada:

- Em 2015, existiam 225 hospitais em Portugal, sendo que 114 eram hospitais tutelados pelo Estado (50,7% do total), e 111 eram hospitais privados (49,2%).
- O número de atendimentos em serviços de urgência aumentou nos dez anos anteriores a 2015 (+0,6% face a 2005), sobremaneira no caso dos hospitais privados, em que o número de atendimentos nos serviços de urgência em 2015 mais do que duplicou relativamente a 2005;
- Em 2015, existiam nos hospitais 35 223 camas disponíveis e apetrechadas para internamento imediato de doentes, das quais 68,2% em hospitais oficiais (24 027) e as restantes 31,8% em hospitais privados (11 196), sendo que estes últimos estão a crescer;

¹O deste ano pode ser consultado em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=279535725&DESTAQUESmodo=2



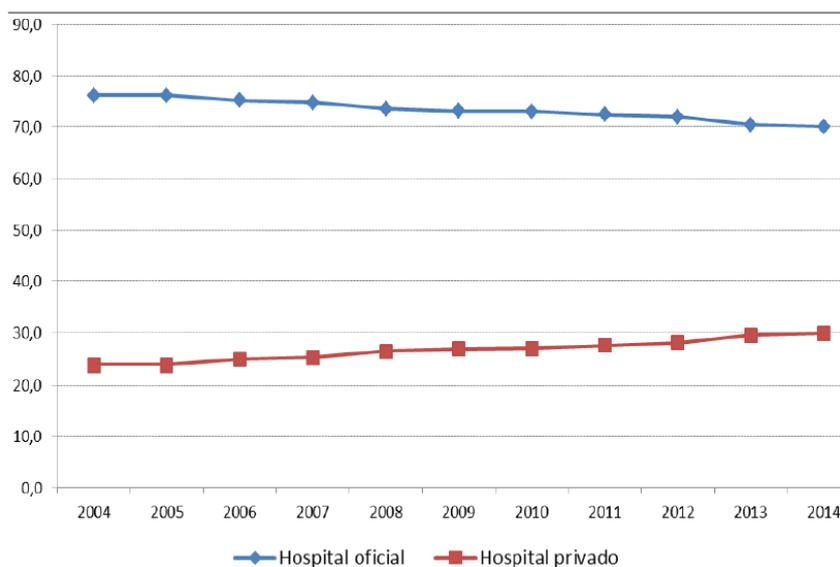
FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

- Em 2005, os hospitais privados asseguravam 19,1% do total de consultas externas dos hospitais portugueses (quase 2,3 milhões de consultas), enquanto em 2015 foram responsáveis por 32,4% (cerca de 6,1 milhões de consultas).

Em termos de valores absolutos os Hospitais privados em Portugal representam:

- Mais de 17.000 colaboradores, dos quais 8.000 são médicos
- Cerca de 10.000 camas de internamento
- Em 2015 efetuadas cerca de 240 mil cirurgias
- Consultas externas ultrapassaram as 5.000.000
- O número de atendimento SU/SAP ultrapassou 1.000.000

Camas de internamento

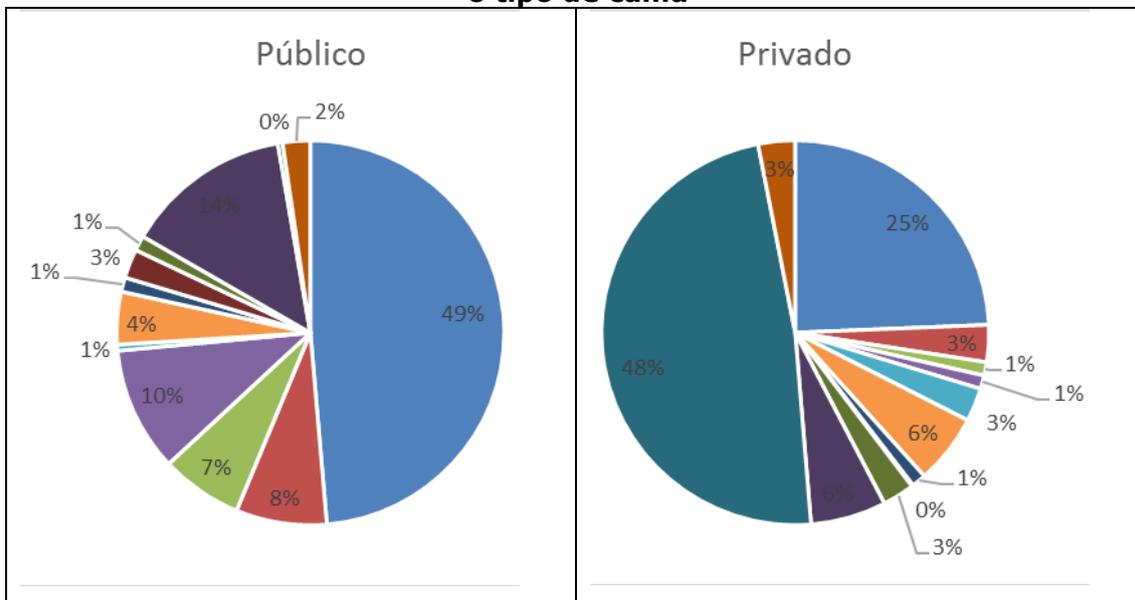


Fonte: INE, file:///C:/Users/User/Downloads/06Dia%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde_2016%20(1).pdf



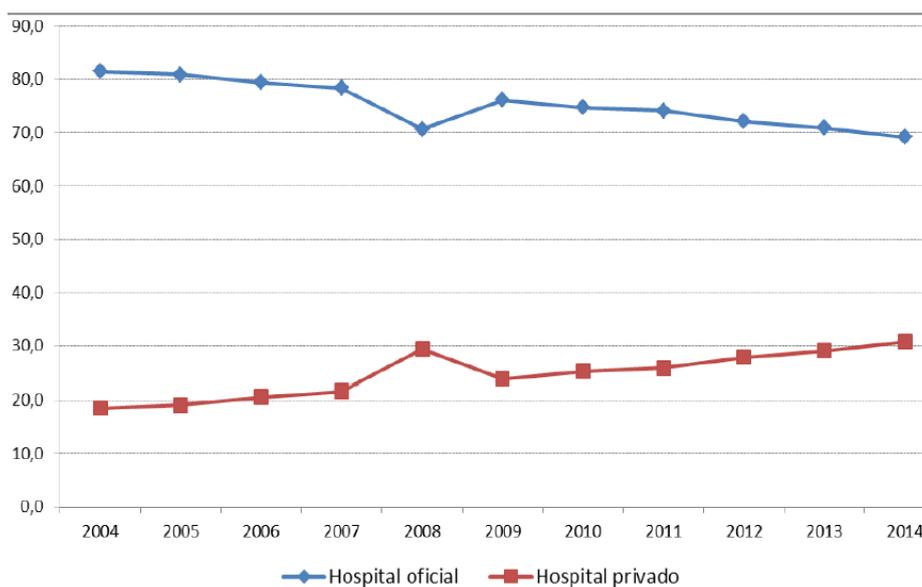
FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Internamentos nos hospitais em 2014, segundo a natureza institucional e o tipo de cama



- Enfermarias
- Cirurgia Geral
- Ginecologia-Obstetria
- Medicina Interna
- Oftalmologia
- Ortopedia
- Otorrinolaringologia
- Pediatria
- Psiquiatria
- Outras
- Quartos semiprivados e privados
- Outras unidades

Consultas Externas



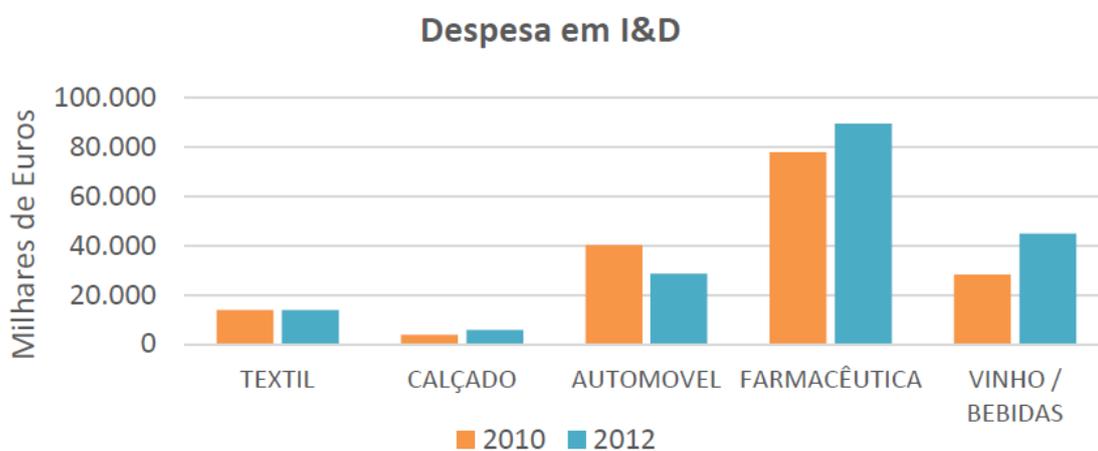
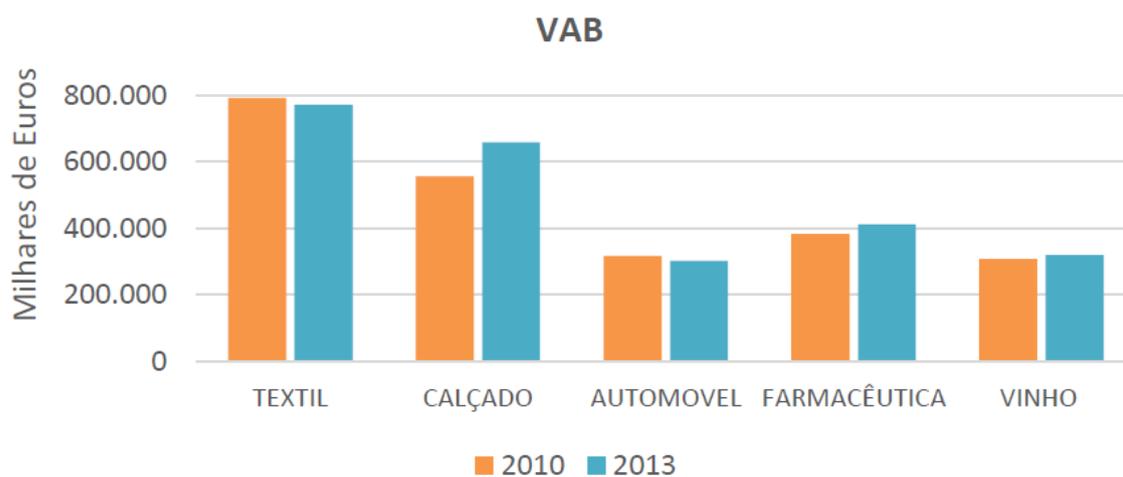
Fonte: INE, file:///C:/Users/User/Downloads/06Dia%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde_2016%20(1).pdf



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

2.2. A indústria farmacêutica

No caso da **Indústria farmacêutica** é muito claro o Valor Acrescentado e o seu dinamismo em termos de despesas em Investigação e Desenvolvimento, que se destacam no panorama industrial português:





FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

2.3. A cadeia de distribuição de medicamentos

A distribuição grossista de produtos farmacêuticos

Dimensão sectorial geral: situação atual e evolução recente

A distribuição grossista de produtos farmacêuticos é um subsector económico de grande relevo na economia portuguesa, representando 10,4% do VN total do sector do comércio por grosso como um todo e quase 14% do seu VAB.

Este setor exibiu uma dinâmica de crescimento moderada até 2009, estando desde então em processo de retração, que acelerou em 2011. Esta realidade é influenciada pelo contexto macroeconómico em que vive a economia portuguesa, mas sobretudo pelas reduções de margens e de preços determinadas pelos últimos governos, bem como pelo crescimento da quota de genéricos.

Volume de Negócios | 6,9 mil milhões €

Valor Acrescentado Bruto | 1,0 mil milhões €

Empresas | 835

Emprego | 12.074

A distribuição a retalho de produtos farmacêuticos

Situação atual e evolução recente: dimensão sectorial

A distribuição a retalho de produtos farmacêuticos é um subsector económico de relevo na economia portuguesa, representando quase 7,5% do VN total do sector do comércio a retalho como um todo e mais de 10% do seu VAB.

A distribuição a retalho de produtos farmacêuticos exibiu uma dinâmica de crescimento acelerado até 2008/9, entrando depois em 2010 em processo de retração, que acelerou em 2011. Esta realidade é influenciada pelo contexto macroeconómico em que vive a economia portuguesa, mas sobretudo pelas reduções de margens e de preços determinada pelos últimos governos, bem como pelo crescimento da quota de genéricos.

Volume de Negócios | 3,4 mil milhões €

Valor Acrescentado Bruto | 657 milhões €

Empresas | 3.868

Emprego | 19.853